

“Isto fê-los tomar a resolução de se unir conosco”

A incorporação das Sete Missões guaraníticas ao império português num contexto de cultura de contato (1801)

“This made them decide to unite with us”: the Seven Guarani Missions incorporation to the Portuguese Empire in a contact culture context (1801) / “Esto les hizo decidirse a unirse a nosotros”: la incorporación de las Siete Misiones Guaraníticas al Imperio Portugués en un contexto de cultura de contacto (1801)

Leandro Goya Fontella

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de História do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), Rio Grande do Sul, Brasil.

leandro-goya@hotmail.com.

RESUMO

O episódio que promoveu a passagem das Sete Missões guaraníticas à jurisdição portuguesa na região platina, em 1801, são analisados por meio do arcabouço conceitual do *middle ground*, formulado por Richard White. O exame foi realizado a partir de relatos feitos pelos agentes que mais se destacaram naqueles acontecimentos. A análise sustenta que os sujeitos envolvidos manejavam práticas que integravam o universo de convenções características da zona de inteligibilidade comum que pautava as relações entre a sociedade guaranítica e as frentes coloniais euro-americanas.

Palavras-chave: guaranis; Sete Povos das Missões; middle ground; cultura de contato.

ABSTRACT

The episodes that promoted the passage of the Seven Guarani Missions to Portuguese jurisdiction in the Platina region, in 1801, are analyzed by means of the conceptual framework of the *middle ground*, formulated by Richard White. The examination was carried out from reports made by the agents who stood out in those events. The analysis maintains that the subjects involved handled practices that were part of the universe of conventions characteristic of the common intelligibility zone that guided the relations between Guarani society and the Euro-American colonial fronts.

Keywords: Guarani; Seven Peoples of the Missions; middle ground; contact culture.

RESUMEN

Los episodios que promovieron el paso de las Siete Misiones Guaraníticas a la jurisdicción portuguesa en la región de la Cuenca del Plata, en 1801, se analizan por medio del marco conceptual del término *middle ground*, formulado por Richard White. El examen se llevó a cabo en base a los informes de los agentes que se destacaron en esos hechos. El análisis sostiene que los sujetos involucrados manejaron prácticas que integraron el universo de convenciones característico de la zona de inteligibilidad común que orientó las relaciones entre la sociedad guaranítica y los frentes coloniales euroamericanos.

Palabras clave: Guaraníes; Siete pueblos de las misiones; middle ground; cultura de contacto.

Introdução

Em decorrência da Guerra das Laranjas,¹ travada entre os impérios ibéricos, em 1801, a região dos Sete Povos Orientais do rio Uruguai passou à jurisdição portuguesa na região platina. Estima-se que naquele momento cerca de 14 mil guaranis residiam nas sete missões, quando a população do Rio Grande de São Pedro girava em torno de 50 mil habitantes. Além de praticamente dobrar o território da então capitania, a coroa portuguesa aumentava consideravelmente a quantidade de súditos, enquanto diminuía o número de vassalos do rei espanhol. Outro importante ganho foi o acesso ao patrimônio dos guarani, em especial a expressiva quantidade de gado e as benfeitorias existentes nas reduções e nas estâncias missionárias (Garcia, 2007).

Entre boa parte dos estudiosos que analisaram esse incidente, é corrente a avaliação de que ele transcorreu sem grandes traumas e operações bélicas.² De fato, a anexação se deu sem grandes baixas de lado a lado, tendo ocorrido num breve espaço de 31 dias. Porém, é um equívoco considerar que os homens que efetivaram a anexação dos Sete Povos ao reino português tinham essa intenção desde os primeiros momentos de tal empresa. De acordo com Elisa Garcia (2007), a tomada das missões orientais foi realizada através de tratativas feitas entre os guaranis e os luso-brasileiros que participaram de tal jornada. Nas palavras da autora, aqueles homens “não saíram em campanha pensando em conquistá-las, mas sim atacar suas estâncias. No entanto, o contexto histórico se mostrou propício para a tomada, não apenas pela conjuntura de guerra europeia, mas também pelo desgaste das relações entre os índios e os espanhóis” (Garcia, 2007, p. 194-195). Uma passagem escrita pelo tenente-coronel Thomaz da Costa Corrêa Rabello da Silva, que entre maio e outubro de 1808 exerceu o comando das Missões, corrobora o argumento da escritora. Segundo o militar, foi “de boa vontade [que] na guerra de 1801 se renderam os sete povos da margem oriental do *Uruguai* às forças de um pequeno número de

1 Sobre a Guerra das Laranjas, ver: Camargo (2001).

2 Karina Melo (2017, p. 64-72) faz uma excelente revisão da literatura que aborda a “conquista” dos Sete Povos. Tendo como mote de sua análise a percepção da agência indígena nesse fenômeno histórico, a pesquisadora avalia que os trabalhos de autores como Francisco A. Varnhagen (1956), Capistrano de Abreu (1975), Souza Docca (1954), Moysés Vellinho (1970), Aurélio Porto (1943), José H. V. da Silveira (1979), Guilhermino César (1970), Fernando Camargo (2001) e Maximiliano Menz (2001), embora apresentem muitas diferenças entre si, tiveram “pouca ou nenhuma preocupação em perceber as ações dos índios como importantes para o evento que resultou na anexação dos sete povos ao território da capitania do Rio Grande” (p. 67). Por outro lado, a autora afirma que, nas últimas duas décadas, os estudos de Elisa Garcia (2007), Max Ribeiro (2013, 2017) e Alfredo Ranzan (2015) “são contribuições inovadoras e abrem caminho para narrativas mais atentas aos sujeitos indígenas que atuaram na formação social do espaço em questão” (p. 65). Acrescento a esta relação o trabalho de Guillermo Wilde (2009).

gaúchos, que sem intenções de conquistas entraram nesta província” (Silva, 1840, p. 163, grifo do autor).³

Entendo que o modo como esse episódio se desenrolou tem muito a revelar sobre os traços que configuravam os contatos entre as sociedades euro-americanas e indígenas na era colonial. Neste artigo, interpreto as interações desse evento histórico por meio do arcabouço teórico do *middle ground*, conceito elaborado por Richard White (2011).

Em estudo de maior fôlego a respeito do processo histórico das missões guaraníticas no Prata, ao operar essa sofisticada formulação conceitual, concluí que na região platina as interações entre sociedades indígenas e euro-americanas se pautavam nos termos daquilo que chamei de cultura de contato, isto é, uma zona de inteligibilidade mútua.⁴ Neste espaço de interação entre distintas lógicas culturais, os agentes sociais buscavam pontos de convergências entre suas premissas culturais e, a partir de diálogos e interpretações (muitas vezes distorcidas), produziam novos conteúdos que, por sua vez, tornavam-se referências para a continuidade das relações. A política de presentes, o respeito às hierarquias e etiquetas políticas de caciques missioneiros e autoridades coloniais, a acomodação das estruturas políticas guaranis e ibéricas numa compreensível metáfora de parentesco que estabelecia a relação patriarcal entre vassallos e o monarca, o uso do idioma guarani como ferramenta de comunicação, o

3 Documento publicado na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (RIHGB), tomo II, n. 6, p. 157-171, 2º trimestre de 1840.

4 Entre os elementos básicos que constituem o conceito de *middle ground* estão: a acomodação de diferenças simbólicas, a geração de novas convenções socioculturais, a dependência mútua, a condição de fronteira (geográfica e cultural), a relação entre sociedades expansionistas e povos nativos, e o frágil equilíbrio de forças entre os grupos sociais em interação. White abstrai tais componentes analisando o contexto espaço-temporal da região dos Grandes Lagos da América do Norte entre fins do século XVII e início do século XIX. Segundo o autor, os franceses e os povos nativos (reunidos sob a acunha de algonquinos) criaram um mundo híbrido que, embora derivado dos mundos francês e indígena existentes, era algo novo. Isso foi possível, sobretudo, devido à ausência de uma hegemonia de poder de uma parcialidade sobre a outra no cenário considerado. Embora o quadro espacial e humano que analiso na região platina (onde interagiam predominantemente espanhóis, portugueses e populações guaranis) seja distinto do analisado por White, entendo que alguns dos componentes responsáveis pela promoção de um *middle ground* se manifestaram na área e no período averiguado. Primeiro, trata-se de um processo histórico em que as sociedades ibéricas procuravam controlar política, econômica e culturalmente populações nativas e seus territórios. Segundo, em razão da estruturação do complexo reducional jesuítico-guarani no Prata, os guaranis missioneiros constituíram uma comunidade sociopolítica com condições de interferir na relação de poder da região. Terceiro, a dificuldade em manter a supremacia na região de cada uma das partes envolvidas estabeleceu uma dependência entre elas, principalmente nas interações dos guaranis com os hispânicos. Quarto, as relações entre os guaranis missioneiros e as frentes coloniais ibéricas estabeleceram uma condição de fronteira geográfica e cultural. Por fim, como consequência dessas variáveis, manifestaram-se processos de ajustamento de diferenças que, por seu turno, geraram um rol de convenções que se tornou referencial para as interações dessas sociedades no Prata de fins do século XVII e primeiras décadas do século XIX. Esta análise é desenvolvida com maior rigor em Fontella (2020).

comércio justo (muitas vezes moderado pela coroa na figura de seus emissários) e a mediação realizada pelos missionários jesuítas estão dentre as práticas e os referenciais que formavam o conjunto da cultura de contato. Tal complexo relacional se estabeleceu a partir da segunda metade do século XVII e se extinguiu no decorrer das três primeiras décadas do século XIX, ensejando a reordenação social daquele espaço (Fontella, 2020).

Cunhei o termo cultura de contato como correspondente a *middle ground*. Elaborei-o em razão dessa expressão ser de difícil tradução para qualquer outro idioma no sentido definido por White. Segundo o próprio autor, “porque o *middle ground* é uma metáfora espacial, o termo tem permitido uma confusão entre o processo de convenientes e criativos mal-entendidos e o espaço real que eu estava discutindo: o *pays d'en haut* ou o país superior do Canadá francês” (White, 2011, p. XII, grifo do autor, tradução nossa). Devido a essa ambivalência, Artur Lima de Avila (2010, p. 176, nota 479, grifo do autor) argumenta que “o termo ‘*middle ground*’ é de difícil tradução, na medida em que aponta tanto para uma espacialidade, ‘o território intermediário’, quanto para uma condição mais geral, ‘o meio-termo’ entre partes conflitantes. [...] White parece tê-lo usado em ambos os sentidos [...]”. Assim, considerando essa dificuldade, cunhei o termo cultura de contato.

Para formular o argumento central de tal investigação, assim como a expressão cultura de contato, foi fundamental a interlocução com o trabalho de Guillermo Wilde (2009). A partir do prisma conceitual da etnogênese, esse autor concluiu que o guarani missioneiro resultou de um processo de etnogênese missional e surgiu da homogeneização de uma população indígena diversificada através do ordenamento espaço temporal da vida nas reduções, do trabalho coletivo e dos preceitos cristãos. Nas palavras de Wilde (2009, p. 37, grifo do autor, tradução nossa), “a tradição sociocultural das missões é o resultado de uma relação colonial em movimento, define um *middle ground* ou uma cultura criada no contato”. Assim, tal como percebeu Guillaume Boccara (2001), os processos de mestiçagem e etnogênese podem provocar a emergência de um *middle ground* em determinados espaços.

A partir do argumento central de Wilde, assumi a premissa de que, concomitantemente ao processo de etnogênese missional (durante os séculos XVII e XVIII), havia emergido uma cultura de contato na região platina. Assim, busquei averiguar até que ponto se podia considerar que no Prata tinham se manifestado os fatores fundamentais verificados por Richard White para o desenvolvimento de um *middle ground* na região dos Grandes Lagos norte-americanos. Para o autor, nesse espaço se estruturou uma zona de inteligibilidade mútua que pautou a convivência entre certos grupos indígenas e euro-americanos entre o

final do século XVII e início do XIX. Concluí que, ao promover a estruturação do complexo reducional guaranítico como uma comunidade sociopolítica capaz de influenciar o equilíbrio de forças no Prata, o processo de etnogênese do guarani missioneiro viabilizou a emergência de uma cultura de contato. Essa, por sua vez, orientou as interações entre as sociedades indígenas e euro-americanas de meados do século XVII até as primeiras décadas do XIX (Fontella, 2020).

Ao longo dos episódios que marcaram o avanço lusitano sobre os Sete Povos, em minha avaliação, a forma como procederam os principais integrantes das tropas portuguesas corrobora o argumento de que havia uma cultura de contato pautando as interações entre os distintos grupos sociais que habitavam a região platina. Entre os personagens mais destacados da campanha de 1801 estiveram José Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manoel dos Santos Pedroso. Após o fim das ações, cada um deles redigiu relatos narrando os fatos que viveram durante aqueles meses. O conteúdo dessas memórias deve ser examinado com reservas, pois, além de possuir diversas contradições e imprecisões, foi elaborado para sustentar pedidos de mercês à coroa, fato que fazia com que, em geral, o narrador exaltasse seus feitos como forma de impressionar as autoridades. No entanto, há nelas uma riqueza de informações que desvelam boa parte das estratégias utilizadas pelos principais personagens daquela empreitada.

Nesse texto, passagens dessa campanha são avaliadas para mostrar que, num contexto de grande insatisfação dos missionários com a administração leiga espanhola e a acelerada decadência do complexo reducional, foi essencial para os envolvidos manejarem ferramentas e códigos da cultura de contato. Enfim, proponho examinar o referido processo operando a perspectiva conceitual do *middle ground*. O texto está organizado em três seções. Na primeira, discorro brevemente sobre o conceito de *middle ground* e seus principais fundamentos. Na segunda, discuto a formação da categoria social conhecida como gaúcho. Na última, analiso os episódios que efetivaram a aliança dos Sete Povos missionários com os agentes lusitanos; concentro-me, sobretudo, nos relatos dos principais líderes, destacando os fragmentos que revelam a interação com os missionários nos termos da cultura de contato. Por fim, destina-se um espaço às considerações finais.

Os fatores basilares do conceito de *middle ground*

Nas palavras de Richard White, seu livro *The middle ground* trata da “busca por acomodação e significado comum. [De] como os europeus e os índios [...] construíram um mundo comum e mutuamente compreensível [onde] misturas criaram novos sistemas de significado e de troca” (White, 2011, p. XXV; XXVI,

tradução nossa). O processo de mudanças culturais examinado por White ocorre no *middle ground*, que “é o lugar entre culturas, povos, e entre impérios e o mundo sem Estado das aldeias”. Nesse espaço, “surgiram novos significados e através deles novas práticas – os significados compartilhados e as práticas do *middle ground*”. Esses processos de acomodação se davam em razão de que “por longos períodos de tempo em grandes partes do mundo colonial [as sociedades euro-americanas] não podiam dominar os índios nem ignorá-los” (p. XXVI).

Com base no cenário concreto do *pays d'en haut*,⁵ White refina sua elaboração teórica. Em sua avaliação, as condições de existência naquele espaço impeliavam os povos algonquinos e os agentes coloniais franceses a “se apoiar uns nos outros para alcançar fins bastante específicos” (White, 2020, p. 557). Assim, “eles tinham que chegar a alguma concepção comum de formas adequadas de agir; eles tiveram que criar o que eu já tenho referido como um *middle ground*” (p. 556). White argumenta que “o *middle ground* dependia da incapacidade de ambos os lados obterem seus objetivos através da força. O *middle ground* cresceu de acordo com a necessidade dos povos encontrarem um meio, além da força, para obter a cooperação ou o consentimento de estrangeiros” (p. 557-558).

A ausência de uma força hegemônica entre os entes sociopolíticos em interação é, talvez, a principal condição que fez com que tais grupos buscassem afinar códigos consensuais que ensejassem uma coexistência minimamente estável. Em texto recente, White (2011, p. XII, grifo nosso, tradução nossa) afirma:

Penso que fui bastante específico sobre os elementos que eram necessários para a construção de tal espaço: um confronto entre imperialismo ou regimes de Estados e formas não estatais de organização social, *um frágil equilíbrio de poder*, uma necessidade mútua ou um desejo pelo que o outro possui, e *uma incapacidade de um lado reunir força o suficiente a compelir o outro a fazer o que desejava*.

A necessidade inevitável de comunicação nos termos de outrem gerou processos de oportunos e criativos mal-entendidos mútuos que produziam novos conteúdos culturais híbridos. Ao se tornarem convenções entre as distintas partes envolvidas, eles se transformavam num novo referencial que orientou as ações dos sujeitos históricos. Nessa perspectiva, o *middle ground* se configura como um “conjunto de práticas, rituais, convenções e crenças que, embora

⁵ De maneira esquemática, pode-se afirmar que essa região era “delimitada a leste pelo rio Ohio e pelo Lago Ontário, seguindo ao norte até as terras ao norte do Lago Superior, descendo pelo rio Mississippi, a oeste, até o rio Missouri, ao sul. Sua fronteira setentrional era o encontro deste curso d’água com o Ohio. Atualmente, o *pays d'en haut* corresponde à boa parte do Meio-Oeste norte-americano e ao centro-sul do Canadá” (Avila, 2011, p. 282, nota 13).

constituídos por elementos dos grupos em contato, é um todo separado das práticas e crenças de todos esses grupos” (White, 2011, p. XIII, tradução nossa).

Importa destacar também que White distingue o conceito de *middle ground* em duas dimensões: a primeira diz respeito ao processo e a segunda como um espaço histórico onde o processo se converte no campo em que se desenrolam as situações de contato entre pessoas de distintas orientações valorativas. Segundo o autor,

o *middle ground* como um processo é bastante comum. Já a construção de um espaço histórico em que o processo torna-se a base das relações entre distintas pessoas é probabilisticamente menos comum. [...]. Há casos em que o processo pode ser evidente, mas o espaço pode não emergir. O espaço depende da criação de uma infraestrutura que possa suportar e expandir o processo, e essa infraestrutura era [...] possível somente quando havia *um frágil equilíbrio de poder* e uma mútua necessidade entre as partes envolvidas. (White, 2006, p. 10, grifo nosso, tradução nossa)

Enquanto ferramenta teórica, o *middle ground* tem ensejado análises em outras regiões da América do Norte e além.⁶ Em virtude das dimensões exigidas para este texto, não faço uma revisão dessa literatura.⁷ O próprio White (2011, p. XIII; XIV, grifo do autor, tradução nossa) reconhece que pensou

o *middle ground* como um processo que estava presente em outros lugares e outros tempos [e que] as formas pelas quais os processos do *middle ground* produzem espaços equivalentes ao *pays d'en haut* não têm que seguir o modelo exato [descrito] em *The Middle Ground*. [Pois] os melhores conceitos históricos são aqueles com os quais é bom pensar.

Para analisar a passagem dos Sete Povos à jurisdição portuguesa no Prata, empregando a ferramenta conceitual do *middle ground*, considero determinados aspectos condicionantes e constituidores: a comunicação entre os agentes em interação através do idioma guarani (língua franca daquele espaço sociocultural), certas práticas de reciprocidade (como a divisão de despojos de guerra) e o respeito para com as instituições, lideranças e etiquetas sociopolíticas dos guaranis

⁶ Entre outros, ver: Kathleen Duval (2004), Alan Taylor (2006), Daniel P. Barr (2006), Claudia García (2007), Jonathan N. Lipman (2011), James C. Scott (2009), Henry Reynolds (2006), Pekka Hämäläinen (2008), Gilles Havard (2003) e James Merrell (1999).

⁷ No prefácio da edição de vigésimo aniversário de publicação de seu livro, White (2011, p. XI–XXIV) aponta algumas pesquisas que operaram o conceito do *middle ground*. Para um balanço detalhado da influência de *The middle ground* na literatura estadunidense e canadense, seja empregando, seja contestando seus argumentos, até o ano de 2006, ver: Catherine Desbarats (2006).

missioneiros. Ademais, não se podem perder de vista dois outros aspectos que influenciaram esse episódio: a) ele se processou num cenário histórico em que vigorava um frágil equilíbrio de forças entre as frentes coloniais ibéricas e o complexo reducional guaranítico que interagiam no Prata; b) a sua ocorrência se insere também num contexto de profundo desgaste da relação patriarcal entre o soberano espanhol e os guaranis, que atribuíam a decadência socioeconômica do complexo reducional e a precarização de suas condições de vida à incapacidade do monarca hispânico em protegê-los e atender aos seus anseios.

A relação patriarcal entre os guaranis e as coroas ibéricas constrói-se como o resultado de acomodações e significados mutuamente compreensíveis entre as matrizes europeia e guarani. Por um lado, estavam os esquemas de parentesco indígenas que comportavam importantes mecanismos de integração de estrangeiros nas sociedades nativas (Boccaro, 2005; Garavaglia, 1987; Monteiro, 1994; Salomon; Schwartz, 1999; Viveiros de Castro, 1992; Wilde, 2009).⁸ Por outro, orientações valorativas europeias, influenciadas pelas disposições da disciplina católica em geral, e da escolástica em particular, também previam a estratégia paternalista (Clavero, 1990; Goody, 1983; Hespanha, 2011; White, 2011; Xavier; Hespanha, 1998).

Nesse sentido, muitas alianças entre grupos indígenas distintos e destes com agentes das sociedades euro-americanas eram definidas através de práticas como o *cuñadazgo*. Em termos sociais e políticos mais abrangentes, os esquemas de parentesco serviam como referenciais para a reprodução de poder e a estruturação sociopolítica, contribuindo para dar forma a arranjos políticos mais estáveis dentro dos marcos coloniais (Boccaro, 2005; Salomon; Schwartz, 1999; Wilde, 2009). Nesse sentido, a projeção da estrutura de parentesco no universo das políticas imperiais moldou as relações de caráter paternalista que enlaçavam sociedades indígenas e reinos europeus numa trama de compromissos (White, 2011). A correlação entre os esquemas de parentesco indígenas e os princípios europeus possibilitou que conteúdos culturais específicos, mas potencialmente congruentes, formassem um modelo de relação política de caráter paternalista que se configurou como uma peça fundamental para viabilizar a cultura de contato no Prata.⁹

8 Conforme demonstra Jack Goody (2004, p. 175-190), analisando diversas populações africanas, o parentesco foi capaz de organizar sociedades e lhes dar até mesmo estrutura política.

9 Essa argumentação é apresentada e detalhada em Fontella (2020).

À disposição para hostilizar os hispânicos

Quando as primeiras notícias da guerra entre Espanha e Portugal, ainda de modo informal, chegaram ao Rio Grande de São Pedro por volta de 15 de junho de 1801, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, o governador, mandou publicar um edital que determinava que os vassalos lusitanos reconhecessem os espanhóis como inimigos e lhes fizessem todo o tipo de hostilidades nas zonas limítrofes. Entre outras coisas, o documento também concedia perdão aos desertores que se apresentassem para pegar em armas.

Nesse cenário, José Borges do Canto, sul rio-grandense natural de Rio Pardo, que àquela altura contava com 26 anos de idade, compareceu diante do tenente-coronel Patrício José Corrêa da Câmara, colocando-se à disposição para hostilizar os hispânicos. Em duas oportunidades, Borges do Canto havia desertado do Regimento de Dragões. Conforme Aurélio Porto (1943, p. 283-285), em

1791, quando deveria ter 16 anos, [...] seu nome consta [...] da plana da 8ª Companhia do Regimento de Dragões do Rio Pardo como soldado da mesma. [...] dois anos depois, desaparece seu nome das relações de praças dessa companhia, por ter desertado para as campanhas do Rio Grande. [...] Em 17 de dezembro de 1797, o comandante do Regimento de Dragões faz baixar uma portaria, mandando levantar a nota de deserção de José Borges do Canto, por ter-se apresentado voluntariamente ao mesmo regimento, sendo incorporado à 1ª Companhia, sob o comando do sargento-mor José de Castro Morais. [...] meses depois, José Borges do Canto desertava de novo, reunindo-se aos seus antigos companheiros de aventuras nas largas fronteiras de Espanha. Viveu, assim, mais três anos [...].

Durante o período como desertor, Borges do Canto precisou viver como foragido pela “vasta campanha, povoada de gentios charruas e minuanos, couro e refúgio de criminosos de ambas as nações. O dito José do Canto ora entrava na capitania do Rio Grande de São Pedro, donde era natural, ora nas terras dos espanhóis, a traficar contrabandos” (Almeida, 1979, p. 68, grifo nosso). Borges do Canto e os demais sujeitos, que adotaram ou foram levados a aderir a esse estilo de vida, enquadravam-se num tipo social que ficou conhecido pela alcunha de *gaúchos* ou *gaudérios*.¹⁰ Guillermo Wilde (2009,

¹⁰ Segundo Aurélio Porto (1943, p. 284, nota 17), “‘gaúches’ – palavra espanhola, usada neste país para expressar os vagabundos, ou ladrões do campo, quais vaqueiros, costumados a matar os touros chimarrões e sacar-lhes os couros e a levá-los ocultamente às povoações, para a sua venda ou troca por outros gêneros. Gaudérios, em outros documentos”.

p. 297, grifo nosso, tradução nossa) argumenta que tais termos, de modo geral, representam

a mestiçagem característica da região. [...] seu carácter flexível permitia aos personagens entrar e sair permanentemente de suas procedências socioculturais originárias. [...] o que primava era o interesse comum pelo roubo e a faina de gados. Servia para integrar, ao menos temporariamente, a salteadores, *cuatreros*, *changadores*, *contrabandistas* e *desertores* mais além de suas origens étnicas (espanhóis, portugueses, mulatos, ‘infiéis’, escravos, guaranis missioneiros).

Em um relato datado de 1780, Bernardo José Pereira, habitante do Rio Grande de São Pedro, descreveu como se caracterizava o modo de vida destes sujeitos:

Há naquele continente uma porção grande de *homens vadios* que o mesmo país lhe tem dado o nome de *gaudérios*; [...] na qualidade são meio espanhóis, outros índios bastardos de várias nações. *Ali se conservam sem ofício nem benefício, não são criadores, só tem por ofício o vagar, e colher o que na realidade não plantam, estes se ocupam em arriar ou furtar animais cavalos e vacuns e de outra espécie das fazendas de Montevidéu, Víboras, Reduções e Vacas, e de outros, muitos rincões e campanhas, e introduzindo-os pelas fronteiras os vendem no nosso país: estes têm sua forte paixão por habitarem nas aldeias pelas cabanas das índias guaranis, e porque estas não têm carne para os sustentar, eles com os da sua sociedade saem pelas fazendas vizinhas e se não nesta, já naquela, matam a vaca, carregam os cavalos de carne, roubam largamente, para se sustentar a si e a todos os daquela cabana, com pai, mulher, filhos e filhas e mais agregados e, neste caso, são também as índias guaranis o motivo principal dos furtos e quando não roubam uns, furtam outros e sempre estamos no mesmo caso.* (Wilde, 2009, p. 431, nota 90, grifo nosso)

Da mesma forma que outros autores já argumentaram,¹¹ entendo que José

¹¹ Entre outros, Luiz Alberto Bandeira Moniz (1998, p. 40), Elisa Garcia (2007, p. 182-184), Tau Golin (2002, p. 214), Aurélio Porto (1943, p. 284-293), Hemetério J. Velloso da Silveira (1979, p. 65), Guillermo Wilde (2009, p. 291-301), Karina Melo (2017) e Max Ribeiro (2013; 2017). Apesar de indicar que o episódio de 1801 ocorreu em virtude da ação dos *gaúchos* [homens de fronteira que viviam e/ou controlavam convenções das distintas culturas que interagiam no espaço fronteiriço platino], os trabalhos de Hemetério da Silveira e Aurélio Porto limitam-se a descrever os eventos e a enaltecer as ações dos portugueses. Por seu turno, embora apresente como essencial a participação dos chamados *gaúchos*, Luiz Moniz aborda esse episódio de maneira periférica em seu trabalho, em que busca analisar de modo amplo e de longo prazo o estabelecimento das fronteiras na região platina e a política expansionista luso-brasileira nesse espaço. De modo esquemático, Tau Golin aponta as ações dos *gaúchos* como uma estratégia imperialista portuguesa de expansão sobre uma fronteira agrária aberta. Elisa Garcia destaca que, no episódio de 1801, a ação dos *gaúchos* foi fundamental, pois foram eles que

Borges do Canto era um desses tantos homens esparramados pelos confins fronteiriços da América colonial, no caso específico da região platina, um *gaúcho*. Em função de ter desertado do Regimento de Dragões, ele teve que passar a viver na campanha, distante dos núcleos de povoamento luso-brasileiros no Rio Grande de São Pedro, onde poderia ser aprisionado. Segundo Wilde (2009, p. 292, grifo do autor, tradução nossa), a campanha caracterizava-se por ser “um ambiente de ‘liberdade’ e ocultava ‘perigos’ para os que circulavam por ela. Havia sido povoada por sujeitos com diversas origens étnicas e de situação jurídica confusa, cujas ações eram consideradas pelo discurso oficial como ilegais”.

Quando apresentou-se para os esforços de guerra, Borges do Canto solicitou homens e armas para hostilizar os espanhóis, porém, conforme Aurélio Porto, o tenente-coronel Patrício Corrêa da Câmara lhe negou soldados/milicianos ligados às instituições militares imperiais, porém concedeu-lhe “certa quantidade de pólvora, balas e armas”. Segundo o autor, Corrêa da Câmara não podia assumir “a responsabilidade daquela empresa” (Porto, 1943, p. 285). O estratagema do tenente-coronel se devia ao fato de que até aquele momento não havia chegado no Rio Grande de São Pedro a comunicação oficial de guerra entre Espanha e Portugal. Assim, ele não queria ser responsabilizado por ter promovido uma agressão unilateral (e sem anuência régia) aos espanhóis (Garcia, 2007).¹²

Desse modo, após receber o indulto por suas deserções e o compromisso de receber armas e munição, Borges do Canto passou a organizar uma partida de combatentes com homens com quem já detinha relações. De acordo com Porto (1943, p. 285-286, grifo nosso), ele “seguiu [...] imediatamente para a campanha de Cachoeira, em cujas estâncias tinha companheiros dedicados e, possivelmente, sócios em suas arreadas de gado e tráfico de contrabando. [...] formando logo um pequeno destacamento de 13 cavalarianos, de que assumiu o comando”. Considerando o universo do império hispano-americano, David J. Weber

sabiam da insatisfação dos missioneiros e colocaram seus conhecimentos e as relações que possuíam no universo fronteiriço a serviço da coroa lusitana que, desde meados do século XVIII, buscava atrair a população guaranítica à sua autoridade política; a autora valoriza ainda a participação indígena no referido episódio. Guillermo Wilde argumenta que, diante do agravamento de crise econômica e demográfica dos Sete Povos e do desgaste da relação com as autoridades e com a coroa espanhola, os cacicados guaranis missioneiros buscaram resguardar sua autoridade política e a coesão social de suas comunidades, entabulando uma aliança com o monarca lusitano, o que foi facilitado pelos *gaúchos* luso-brasileiros que possuíam ferramentas culturais para interagir com os indígenas. Melo (2017) sustenta que tais sujeitos dominavam diversos códigos culturais e habilidades políticas. Por fim, em seus estudos, Ribeiro (2013) enfatiza o caráter “aventureiro” desses agentes históricos que se beneficiaram e souberam manejar os recursos provindos de suas condições de mestiços biológicos e culturais.

¹² A autora complementa sua análise argumentando que “o exército regular do Rio Grande se encontrava numa situação deveras precária naquela época, como aliás, esteve por todo o século XVIII” (Garcia, 2007, p. 185).

sustenta que, diferentemente dos espanhóis que pertenciam às camadas mais altas da sociedade, aqueles integrantes dos estratos mais baixos que viviam em chácaras espalhadas nas fronteiras coloniais não precisavam cruzar nenhum abismo para entrar nas sociedades indígenas, tanto em termos de distância física como de espaço social. Se os hispânicos das regiões urbanas sentiam-se desorientados no território indígena, os colonos pobres das áreas rurais limítrofes encontravam nelas muitas coisas que lhes eram familiares (Weber, 2007).

Creio que na fronteira meridional da América portuguesa as condições de vida dos povoadores luso-brasileiros não diferiam muito do cenário averiguado por Weber (2007). Da guarnição original de Borges do Canto, além do próprio, que era natural de Rio Pardo, no mínimo outros seis partícipes haviam nascido nessa localidade ou em Cachoeira,¹³ povoados enclavinados na campanha sul rio-grandense e que se configuravam como limites mais ocidentais das possessões lusitanas no Prata até o fim do século XVIII. Em meados dos anos 1830, quando o complexo dos Trinta Povos guaraníticos já estava praticamente destruído, e boa parte da população missioneira tinha se dispersado pela região platina, o francês Nicolau Dreys (1781-1843), que viveu parte de sua vida no Rio Grande de São Pedro e chegou a visitar as Missões, anotou que “a língua usual das Missões é a língua guarani: sonora, eufônica e extremamente pitoresca: principia já a ser popular desde o Rio Pardo e nesta última vila fala-se mesmo indiferentemente, e quase com a mesma facilidade, a língua portuguesa e a língua indígena” (Dreys, 1990, p. 74, grifo nosso).

O relato de Dreys (1990) é bastante significativo, pois indica que, mesmo após a aguda crise que desmantelou a estrutura sociopolítica e econômica das Missões (inclusive dos Sete Povos Orientais) e o avanço da frente colonial luso-brasileira sobre o antigo espaço missionário, a língua guarani se mantinha como um dos principais vetores de interação na região da Campanha do Rio Grande de São Pedro. Ou seja, se na década de 1830 o idioma guarani ainda era bastante disseminado na referida área, sem dúvida na passagem do setecentos para o oitocentos ele se constituía na principal e mais falada língua de todo aquele ambiente fronteiriço. Wilde (2009, p. 292, tradução nossa), por seu turno, defende que na vasta região da campanha

os missionários interagiam com sujeitos de diversas origens étnicas criando cenários para o surgimento de novas categorias de pertencimento. O idioma guarani

¹³ José Joaquim Domingues nasceu em Rio Pardo; Raimundo Santiago e os irmãos Francisco Carvalho da Silva, Felipe Carvalho da Silva, Manuel Carvalho da Silva e Luís Carvalho da Silva nasceram em Cachoeira (Porto, 1943).

operava como uma ‘língua franca’ nessas interações e as aspirações econômicas comuns definiam um espaço compartilhado de experiências.

Como será visto mais adiante, José Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manoel do Santos Pedroso dominavam, em maior ou menor grau, a língua guarani, no mínimo ao ponto de conseguir se comunicar com os missionários, e outros povos indígenas, sem grandes sobressaltos. Entretanto, a julgar pela origem dos companheiros de primeira hora de Borges do Canto, acredito não ser desproporcional sugerir que boa parte desses homens também manejassem, ao menos parcialmente, o idioma guarani e, conseqüentemente, certos códigos e práticas da cultura de contato. Em especial, destaco com esse argumento que os episódios de negociação entre tais agentes e missionários, ocorridos ao longo da campanha de 1801, não se restringiam a Canto, Almeida e Pedroso como apontam suas memórias. Entendo os incidentes que envolveram esses personagens como extratos de um fenômeno mais amplo que se processou por meio dos referenciais da cultura de contato.

“Os índios se voltaram a nosso favor”

Juntamente com seus treze comandados, “em caminho para São Martinho se encontra Canto com o tenente de capitania de São Paulo António de Almeida Lara ‘que por seu negócio vivia naquela capitania’, e que trazia consigo 12 homens. Dizendo-lhe o conquistador qual a intenção que levava, Lara se lhe incorporou com sua gente” (Porto, 1943, p. 286). Quando chegaram na guarda espanhola de São Martinho, local tido como entrada das Missões, essa já se encontrava sob o controle luso-brasileiro devido ao ataque realizado por um destacamento comandado por Manoel dos Santos Pedroso, estancieiro de Santa Maria da Boca do Monte (distrito de Cachoeira), filho de um paulista homônimo “e de Isabel Maria, china das Missões” (p. 295).

Em suas memórias, Pedroso (1914, p. 63, grifo nosso) relata o ocorrido:

oferecendo-me para o serviço da guerra, logo que se deu ordem para hostilizar aos espanhóis, me encarregou o dito capitão comandante de atacar a guarda fronteira espanhola de São Martinho, o que executei prontamente, fazendo retirar os espanhóis que ali se achavam, [...] visto falar eu o idioma guarani, me avan[cei] com os mesmos 20 homens para os estabelecimentos dos índios das Missões, a fim de os

persuadir a que se voltassem a nosso favor, e serem vassallos portugueses, para o que nós os auxiliáramos.¹⁴

Na guarda lusitana montada em São Martinho encontrava-se “como furriel da mesma Gabriel Ribeiro de Almeida que [...] resolveu com mais seis homens de seu comando integrar-se àquela força [comandada por Borges do Canto]” (Porto, 1943, p. 286-287). Gabriel Ribeiro de Almeida era filho de Manuel Ribeiro de Almeida, tropeiro paulista, com Maria da Silva, índia da povoação de Santa Ana do Yapó, Vila Nova de Castro, dos Campos de Curitiba. Foi nessa localidade onde Gabriel nasceu em 1764 e passou seus primeiros anos de vida, tendo aprendido o idioma guarani. Todavia, ainda criança, foi levado por seu pai para o povoado de Cachoeira na Fronteira do Rio Pardo (Porto, 1943). O engajamento de Ribeiro de Almeida se constituiu num fato decisivo para o êxito da jornada que se seguiria a partir dali. Em certa passagem de seu relato, Almeida (1979, p. 69) escreve que “me pediu o Borges do Canto que se houvesse de tomar parte no comando e direção daquela empresa, pois se confundia por não entender a língua guarani daqueles índios, e eu os entendia perfeitamente”. Em suas memórias, o próprio Borges do Canto (1914, p. 62) esclareceu que “não [podia] deixar de confessar que o feliz sucesso de tudo quanto [havia praticado devia] ao notório valor, acerto e atividade do referido Gabriel Ribeiro, meu tenente, que muito me ajudou”.¹⁵

Desses três destacados líderes, ao menos Almeida e Pedroso declaram dominar com bastante propriedade o idioma guarani. De acordo com Gabriel Ribeiro de Almeida (1979, p. 69), Canto “se confundia por não entender a língua guarani daqueles índios”. No entanto, em vista de tudo que argumentei, creio que seria muito improvável que Borges do Canto, sujeito natural de Rio Pardo e que por quase uma década tinha vivido como desertor pela campanha, não conseguisse se comunicar de modo elementar por meio da língua guarani. Guillermo Wilde (2009, p. 288, grifo nosso, tradução nossa) afirma que “ainda que fosse filho de um açoriano e uma mulher de Colônia do Sacramento, Borges do Canto falava bem o guarani”. Portanto, entendo que se deve relativizar o exposto por Almeida. Talvez, Canto realmente se confundisse com alguns termos da língua guarani e não falasse com a desenvoltura do próprio Gabriel (que havia aprendido o guarani antes mesmo do português), mas, muito provavelmente, ele conseguia dialogar de maneira minimamente razoável com os guaranis.

14 Documento publicado na RIHGB, v. 130, tomo 77, parte II, 1914, p. 63-67.

15 Documento publicado na RIHGB, v. 130, tomo 77, parte II, 1914, p. 53-62.

Em outra parte de seu relato, Canto confirma as informações de Pedroso. Segundo ele, quando chegou em São Martinho soube

que o capitão [...] Francisco Barreto Pereira Pinto mandou atacar a guarda [...], pelo dom Manoel dos Santos [Pedroso]: o qual por ordem do mesmo capitão foi se inter-nando a dispor e assegurar aos índios daqueles povos, que eles de nenhuma forma se-riam molestados pelos portugueses. (Canto, 1914, p. 53, grifo nosso)

Ao longo de seus informes, tanto Pedroso quanto Canto vão deixando claro que o sucesso de qualquer operação de maior envergadura nas áreas missioneiras dependia de um acerto prévio com os guaranis. Após deixar São Martinho, Pedroso (1914, p. 63, grifo nosso) conta que

passei às estâncias dos povos de São Lourenço, e São Miguel, nas quais falei com os índios, que além de me auxiliarem com as cavalgadas de que precisei, me asseguraram que todos desejavam passar ao domínio português, para o que necessitavam o nosso socorro, e participando eles os meus avisos aos seus respectivos corregedores, escreveram estes sem demora ao mesmo capitão comandante, assegurando-lhe o desejo e a boa vontade que todos tinham do nosso socorro para serem vassallos de Sua Alteza Real.

Em primeiro, cabe destacar que Manuel dos Santos Pedroso alega que prudentemente dirigiu-se às estâncias e não aos povos missioneiros. Segundo Elisa Garcia, o objetivo original desses homens era hostilizar os espanhóis e atacar as estâncias missioneiras que, em sua maioria, situavam-se significativamente distantes das reduções a que pertenciam, abrigavam milhares de cabeças de gado e contavam com cerca “de trinta índios peões, e o número total de habitantes chegava a setenta contabilizando-se as suas mulheres e crianças” (Garcia, 2007, p. 169). No caso específico das estâncias dos povos de São Lourenço e São Miguel, elas se localizavam bem longe das sete reduções orientais. Nesses locais, segundo o próprio Pedroso, ele conversou e foi até mesmo ajudado pelos índios. Porém, o mais relevante desse trecho é que os indígenas teriam se mostrado dispostos a tornarem-se vassallos portugueses, tendo até mesmo transmitido a mensagem de Pedroso aos corregedores dos povos, os quais teriam escrito uma carta ao capitão comandante Francisco Barreto Pereira Pinto solicitando a proteção lusitana.

Mais uma vez, a narrativa de Borges do Canto corrobora a de Pedroso.¹⁶ Canto (1914, p. 53) relata que

recebeu o sobredito capitão comandante cartas dos corregedores e mandarins dos mesmos povos, que eles tinham com efeito a mais eficaz vontade de passarem a obediência e proteção do Nosso Soberano, para o que esperavam ansiosamente do mesmo capitão comandante serem socorridos e auxiliados pelos portugueses.

Embora não se possa ter certeza de que alguns missioneiros tenham enviado mensagens escritas aos luso-brasileiros com tal conteúdo, acredito que este fato não se configuraria como algo descabido. Hemetério José Velloso da Silveira (1979, p. 65) afirma que os “índios, que sabiam escrever em língua guarani e em espanhol [...] enviaram uma mensagem ao governador do Rio Grande do Sul franqueando-lhe o território das Missões e oferecendo-lhe toda a submissão”.¹⁷ Em inúmeras outras oportunidades, os missioneiros manifestaram-se de maneira escrita.¹⁸ Em 1786, o tenente governador dom Manuel Lassarte y Esquivel impediu que índios miguelistas enviassem uma carta aos portugueses na qual pediam que estes fossem se apoderar do povo de São Miguel (Ranzan, 2015, p. 142). Após a partida de Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida para tomar São Miguel, os cabildantes de São João e Santo Ângelo enviaram cartas a Canto respondendo positivamente aos avisos de que deveriam render vassalagem ao soberano português.

Além disso, no período que se desenrolou a guerra de 1801,

de acordo com uma memória anônima [...] os índios de São Miguel estavam sublevados e a rendição de dom Francisco Rodrigo foi motivada pelo seu receio de uma sedição generalizada nos demais povos. Segundo esta memória, o resultado não foi tão desastroso, pois ainda se conseguiu salvar os povos ocidentais. (Garcia, 2007, p. 189)

Conforme Canto (1914), quando índios miguelistas que o acompanhavam tentaram entrar na redução, o tenente governador dom Francisco Rodrigo não

¹⁶ Não se pode descartar que Canto e Pedroso tenham acertado em elaborarem relatos congruentes. Entretanto, considerando a tensão estabelecida entre os dois após o ingresso de suas respectivas colunas nos Sete Povos, parece bastante improvável que isso possa ter acontecido.

¹⁷ O autor não sustenta empiricamente sua afirmação. Com efeito, limita-se a embasar sua informação com a seguinte colocação: “segundo o testemunho de alguns historiógrafos” (Silveira, 1979, p. 65).

¹⁸ Ver: Eduardo Neumann (2005) e Alfredo Ranzan (2015).

permitiu sua entrada por desconfiar de que estavam mancomunados com os luso-brasileiros (Canto, 1914). A meu ver, esse contexto de tensão e de suspeita de sublevação dos miguelistas torna o relato do envio das cartas dos corregedores miguelistas e lourencistas, solicitando proteção aos portugueses, uma possibilidade bastante plausível.

Enquanto Pedroso recorria às estâncias missioneiras hostilizando os espanhóis, sondando o ânimo dos guaranis para com os lusitanos e buscando persuadi-los a se tornarem súditos portugueses, Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida partiram de São Martinho. Canto (1914, p. 53-54, grifo nosso) afirma que

em marcha para o 1º Estabelecimento, ou Estância de São Pedro, dos índios, aonde já o mesmo capitão de Dragões meu comandante havia posto uma patrulha portuguesa de sete homens, e ali achei os índios muito favoráveis, oferecendo-nos cavalos, mantimentos, e suas pessoas.

A referida solicitude dos indígenas é, em parte, explicada por Almeida (1979, p. 69, grifo nosso) que alega que na “guarda de São Pedro [...] achamos aí trinta índios [...] capacitando-os de que a guerra era só com os espanhóis e não com eles. Com isso se puseram em sossego e nos fizeram bons oficiais”.

Do mesmo modo que Pedroso comportava-se no trato com os guaranis, Canto e Almeida buscavam dialogar com os missioneiros esclarecendo-lhes que o conflito se dava apenas contra os hispânicos. Mas, além disso, Ribeiro de Almeida revela outro aspecto fundamental dessa interação quando escreve que não foi permitida a pilhagem dos bens dos índios.

Alguns dias depois, chegando à localidade denominada de São João Mirim e após algumas escaramuças com os contingentes espanhóis que tentavam resguardar o território missioneiro, a guarnição luso-brasileira se sobrepôs. Segundo Canto (1914, p. 54, grifo nosso),

os índios que procuravam fugir espavoridos com a bulha dos tiros, logo que lhes mandei falar, e dizer que nós íamos a socorrê-los, e não fazer-lhes dano, se voltaram a nosso favor, e muito contentes e prontos a nos acompanhar, e auxiliar em qualquer empresa que tentássemos.

Outra vez é Gabriel Ribeiro de Almeida que desvela mais detalhes desse episódio. Segundo ele,

havia nesse acampamento cem espanhóis, homens de armas, e trezentos índios, que ficaram livres da hostilidade e do assalto, porque o seu abarracamento estava algum

tanto separado dos espanhóis. [...], lhes fiz uma fala em seu idioma, conforme as mais das vezes tinha praticado; animei-os e fiz-lhes ver que a guerra não era com eles e, para mais atraí-los, os poucos despojos que achamos neste acampamento, de acordo com o Canto, fiz repartir por eles, isto fê-los tomar a resolução de se unir conosco, e vendo-nos reforçados com estes trezentos homens, resolvemos investir a capital (São Miguel), que estava à vista (Almeida, 1979, p. 70-71, grifo nosso).

Esse, talvez, tenha sido um dos incidentes mais decisivos da campanha de 1801. Primeiro, em virtude de os trezentos índios estarem instalados razoavelmente distantes dos soldados espanhóis, o ataque acabou não os atingindo, circunstância que poderia ter gerado uma forte reação destes para com os luso-brasileiros ou uma grande animosidade que, provavelmente, teria impedido o consórcio entre a guarnição de Canto e Almeida e os guaranis. Segundo, habilmente, Borges do Canto e Almeida conseguiram conter a debandada dos missionários falando-lhes em guarani e reafirmando o argumento de que a guerra se voltava apenas contra os hispânicos. Ademais, se anteriormente Canto e Almeida haviam proibido a pilhagem dos bens dos índios na estância de São Pedro, nesse episódio eles dividiram o espólio dos combatentes espanhóis com os guaranis. Na avaliação de Ribeiro de Almeida, tal atitude serviu definitivamente para que aqueles índios decidissem se engajar às forças luso-brasileiras.

Em minha avaliação, o ato de partilhar os despojos pode ter sido interpretado pelos missionários como a oferta de regalos que remetia à costumeira prática de distribuição de presentes, largamente utilizada para estabelecer vínculos entre sociedades indígenas e euro-americanas. Para Elisa Garcia, o bom tratamento dispensado aos guaranis pelos luso-brasileiros durante toda a segunda metade do século XVIII fazia parte de uma política de atração dessa população para a esfera de influência portuguesa. A bem elaborada argumentação de Garcia me convence. Apenas acrescento que, em meu juízo, para atrair os guaranis, os lusitanos precisavam recorrer aos termos e às práticas culturais da cultura de contato.

Somente após o engajamento do contingente de trezentos índios, Canto e Almeida decidiram por avançar definitivamente em direção à redução de São Miguel. Firmada a rendição espanhola após alguns dias de cerco, Borges do Canto (1914, p. 56, grifo nosso) afirma que “tomei conta do povo e seu armazém [...] e deixei que fossem livremente para seus respectivos povos os trezentos índios do acampamento [...] fiz saber aos dois povos de São João e Santo Ângelo que deviam se submeter à obediência de Sua Alteza Real, o que aceitaram sem repugnância”. Para Elisa Garcia, as adesões definitivas desses dois povos e os de São Lourenço e São Luiz Gonzaga foram obtidas por meio da atuação de Gabriel Ribeiro de Almeida, que compareceu a cada um deles tranquilizando a

população missioneira. Conforme as palavras de Ribeiro de Almeida (1979, p. 72, grifo nosso),

ainda que as circunstâncias da guerra não me permitiam demorar no recebimento daqueles povos, contudo sempre falhava um dia em cada povo e fazia por contentar ao público, assistindo aos festejos, empenhando-me em contentar os reverendos curas mostrando-lhes muita benignidade e capacitando-os de que seriam respeitados das nossas tropas e roguei-lhes juntamente que não abandonassem as suas igrejas. Essa política que usei foi motivo dos ditos padres se conservarem no mesmo cuidado daquele grande número de almas.

Em cada uma dessas reduções, Gabriel Ribeiro de Almeida passava ao menos um dia no qual ritualizava a mudança de vassalagem, participava das celebrações realizadas pelos missioneiros e procurava convencer os padres para que não abandonassem os povos. Ribeiro de Almeida preocupou-se em estar presentes nas cerimônias realizadas pelos guaranis, nas quais dever ter discursado em guarani para a população e confraternizado com as lideranças missioneiras e com os párocos, aproveitando tais oportunidades para se aproximar dos chefes indígenas com os quais ainda não tinha estabelecido contato. A permanência dos padres, por seu turno, também se configurou num feito fundamental para a manutenção da estabilidade entre os povos. A presença destes era um aspecto tão importante para os missioneiros que, no contexto da guerra guaranítica (quase cinco décadas antes), “para evitar que os curas escapassem, [os guaranis] os puseram presos e ameaçaram a alguns em não lhes dar de comer caso se opusessem a celebrar a missa” (Wilde, 2009, p. 162, tradução nossa). Ao manter os párocos, Gabriel Ribeiro de Almeida contornava um problema que poderia gerar grande agitação nos povos. Assim, se por um lado a conquista produziu uma ruptura política, por outro, a permanência dos padres representava a conservação do cenário religioso com indivíduos que os missioneiros já haviam erigido laços de confiança e que, no mais das vezes, dominavam o idioma guarani. Para Garcia (2007, p. 194), “a permanência dos curas, provavelmente, deve ter contribuído para legitimar a presença portuguesa”. Em conjunto, essas medidas foram essenciais para que a passagem dos Sete Povos para o domínio lusitano ocorresse sem grandes traumas, pois elas acenavam que os principais pilares da organização missioneira seriam preservados.

Ao que tudo indica, a única redução onde se esboçou certa resistência foi a de São Borja. Contudo, parece que quando os espanhóis propuseram aos borgistas que se retirassem para o lado ocidental do rio Uruguai e abandonassem o povo, os índios decidiram render vassalagem ao soberano português. Garcia

(2007) sustenta que essa proposta deve ter soado como uma traição espanhola, uma vez que a expectativa dos guaranis era de que os hispânicos deviam auxiliá-los contra a investida luso-brasileira. Analisando esse episódio nos termos da relação paternalista entabulada entre os missioneiros (filhos) e o monarca espanhol (pai), esse último estava frustrando um dos compromissos mais cruciais do patriarcado, a proteção que o pai devia aos filhos. Dado que o rei espanhol não cumpria suas obrigações de pai, os filhos missioneiros devem ter se considerado livres daquele vínculo.

De resto, diante das condições concretas daquela conjuntura histórica, os borgistas também decidiram aceitar a aliança com os portugueses, para os quais tal acordo representava a concretização mais significativa da política de atração dos missioneiros que vinha sendo desenvolvida desde meados do setecentos. Obviamente que essa circunstância se configurou como a gota d'água de um processo de decadência muito mais amplo e profundo que remontava, no mínimo, à expulsão dos jesuítas (1768). Ao longo de uma crise socioeconômica cada vez mais grave, um considerável número de guaranis deve ter atribuído a precarização de suas condições de vida à incapacidade do soberano hispânico em honrar suas obrigações do patriarcado.

Um paralelo pode ser traçado com o processo de esgotamento da aliança franco-algonquina no *pays d'en haut* e a formação de uma outra entre esses índios e ingleses a partir da década de 1750. O primeiro ponto a ser destacado é que esse processo foi influenciado pelos desdobramentos das rivalidades das monarquias europeias. Os embates da chamada Guerra dos Sete Anos (1756-1763) repercutiram nas possessões coloniais dos diversos reinos europeus que se envolveram nesse conflito. Na América do Norte, a pressão exercida pelos colonos britânicos e seus aliados indígenas sobre as vias de comércio acabou afetando um dos pilares que sustentava a aliança franco-algonquina: a distribuição de presentes. O mais irônico é que isso desenrolou-se a partir do sucesso militar da aliança sobre os ingleses e índios aliados. Acuados, os britânicos lançaram mão da estratégia de bloquear as rotas mercantis e, desse modo, os presentes e bens de comércio que Onontio (forma como o governador francês era chamado pelos índios algonquinos) devia a seus filhos algonquinos desapareceram. Tal circunstância provocou grande descontentamento entre os índios e fez com que a aliança começasse a desmoronar no *pays d'en haut* (White, 2011).

A incapacidade do pai francês em atender aos encargos devidos aos índios corroe o patriarcado francês. Derrotados na Guerra dos Sete Anos e sem o apoio algonquino, os franceses tiveram que assistir à consolidação da influência política inglesa sobre expressiva parte dos territórios setentrionais da América do Norte, situação que foi confirmada pelo Tratado de Paris em 1763. Não obstante, mesmo

com os franceses aliados do cenário geopolítico do *pays d'en haut*, os ingleses precisaram se adaptar aos referenciais do *middle ground* para estabelecer um controle mais efetivo. Em um primeiro momento, a orientação das ideias ilustradas e uma autopercepção de que eram conquistadores e não aliados apontavam para a negação dos ingleses das práticas do *middle ground*. Isto é, entre outras coisas os ingleses rejeitavam a regulação do comércio, a mediação dos conflitos, assumir o papel de pai, a distribuição de presentes e, ao perceberem-se como conquistadores e os índios como submetidos, eles aboliam o *middle ground*.

Entretanto, não tardou para que autoridades coloniais britânicas, mais familiarizadas com o universo colonial, reconhecessem que essa política estava falhando e que a única base segura para as relações algonquino-britânicas era imitar os franceses e agir de acordo com os procedimentos e costumes do *middle ground*. Os britânicos, conseqüentemente, teriam que erigir uma infraestrutura de fortes, oficiais, armeiros, missionários, chefes de medalhas e presentes anuais, instituir a regulação do comércio e, enfim, substituir o patriarcado francês pelo inglês (White, 2011, cap. 6, 7 e 8).

Avalio que, no caso dos Sete Povos, a frustração dos compromissos da relação patriarcal foi ainda mais importante para a ruptura dos laços com a Espanha do que no cenário da aliança franco-algonquina. Diferentemente das condições que envolveram o *pays d'en haut* num conflito imperial de grandes proporções como a Guerra dos Sete Anos e a significativa pressão dos colonos britânicos sobre as áreas indígenas, a Guerra das Laranjas constituiu-se num incidente muito mais diplomático do que bélico e, por sua vez, a frente colonial luso-brasileira no Rio Grande de São Pedro ainda não possuía envergadura suficiente para um avanço maciço sobre o território missioneiro. Assim, parece-me que a mudança de vassalagem dos guaranis dos Sete Povos reporta-se mais às falhas do patriarcado hispânico do que a fatores externos. Nesse contexto, sujeitos como Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manoel dos Santos Pedroso conseguiram se aproveitar da insatisfação dos guaranis para atraí-los para a esfera de influência lusitana. A meu ver, parte do sucesso obtido se deve ao fato de eles manejarem códigos e condutas da cultura de contato e indicar aos guaranis que o patriarcado com o soberano português resguardaria a estrutura econômica e sociopolítica missioneira, assim como se respeitariam as normas costumeiras de interação da cultura de contato.

Vale reforçar que o modelo paternal de interação social era previsto tanto entre os guaranis, via relações de reciprocidade e incorporação de estrangeiros em seus arranjos sociais,¹⁹ quanto entre os ibéricos, por meio da discipli-

19 Destacam-se: Guillermo Wilde (2009); Guillaume Boccara (2005); Frank Salomon e Stuart

na das monarquias católicas e pela escolástica (diretrizes europeias de Antigo Regime),²⁰ aspecto que contribuiu de modo significativo para a emergência da cultura de contato. Embora essa forma de regulação do convívio entre grupos e da estruturação política das sociedades se expressasse de modos específicos, tanto as orientações indígenas quanto as europeias eram compatíveis e acabaram por estabelecer um campo de conciliação de expectativas e de significações comuns que contribuiu fundamentalmente para que o espaço da cultura de contato se concretizasse.

Porém, como qualquer relação entre distintos grupos sociais, o patriarcado era dinâmico e seu êxito dependia sobretudo da capacidade de o pai em cumprir os compromissos com seus filhos. Essa era uma condição que, no âmbito da relação entre o soberano espanhol e os guaranis dos Sete Povos, não estava sendo satisfeita, abrindo espaço para que os indígenas entabulassem uma aliança com o monarca português em busca de um patriarcado que lhes assegurasse melhores possibilidades de existência enquanto grupo social e interações com as sociedades ibéricas orientadas nos termos da cultura de contato.

Considerações finais

A passagem das Sete Missões guaraníticas orientais do rio Uruguai à jurisdição portuguesa em 1801 expressa a manifestação de fenômenos da cultura de contato que pautava as interações entre os distintos grupos sociais que habitavam a região platina. As atitudes dos principais líderes da campanha portuguesa de 1801 indicam que eles manejavam ferramentas e códigos da cultura de contato. Inúmeros sujeitos que participaram daquela empreitada, em especial José Borges do Canto, possuíam vivências nas vastas zonas fronteiriças entre os assentamentos coloniais e áreas de ocupação indígenas, locais onde viviam indivíduos e/ou grupos de diversas origens étnicas e de imprecisa situação jurídica.

No Prata, os homens que adotaram ou foram impelidos a aderir à vida na campanha ficaram conhecidos como *gaúchos* ou *gaudérios*. Em termos gerais, essa categoria social se definia pela reunião de sujeitos que estavam alheios aos dispositivos de opressão de suas sociedades de origem. E a despeito da estigmatização que sofriam, a circulação que efetuavam entre os vários cenários do universo colonial fez com que se tornassem mediadores socioculturais,

Schwartz (1999); Eduardo Viveiros de Castro (1992).

²⁰ Destacam-se: Bartolomé Clavero (1990); António Manuel Hespanha (1984; 2011); Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha (1998).

pois, devido a essa mobilidade, entravam em contato com distintas lógicas culturais. Embora não possam ser qualificados como *gaúchos*, considerando a estreita perspectiva de foragidos da lei e despossuídos de bens materiais, Gabriel Ribeiro de Almeida (filho de um tropeiro paulista com uma índia, com quem aprendeu a língua guarani antes mesmo da portuguesa) e Manoel dos Santos Pedroso (estancieiro da fronteira do Rio Pardo) também eram homens de fronteira e dominavam, com muita propriedade, o idioma guarani e muitos outros conteúdos da cultura de contato.

No transcorrer dos incidentes que promoveram a anexação dos Sete Povos às possessões portuguesas, os luso-brasileiros interpelaram os missioneiros em língua guarani, argumentaram que a guerra era somente contra os espanhóis, proibiram o saque aos bens dos índios e, em determinada ocasião, chegaram até mesmo a dividir com estes os despojos dos soldados hispânicos. Partilhar os espólios com os guaranis foi fundamental para conquistar o apoio deles para definitivamente avançar sobre as reduções. Em meu juízo, os missioneiros interpretaram tal ação como a oferta de um presente que se constituía no ato costumeiro de entabular laços de reciprocidade entre distintos grupos sociais.

Após as forças portuguesas ingressarem nas reduções, Gabriel Ribeiro de Almeida teve a incumbência de recorrê-las e, em cada uma delas, ficava por ao menos um dia para celebrar junto com os missioneiros a mudança de vassalagem e participar de cerimônias políticas e religiosas. Ademais, Ribeiro de Almeida aproveitou esse tempo para convencer os párocos a não abandonarem os povos, situação que poderia provocar inquietação entre a população missioneira. A permanência dos padres representava, mesmo diante da ruptura política, a preservação do quadro religioso sob a batuta de sujeitos que já possuíam vínculos de sociabilidade com os indígenas e que, na maioria dos casos, dominavam o idioma guarani. Enfim, de maneira articulada, todas estas medidas contribuíram para que a incorporação dos Sete Povos à jurisdição portuguesa no Prata se processasse sem grandes sobressaltos, porque elas indicavam que as bases fundamentais da organização missioneira seriam mantidas.

Outro fator que favoreceu os lusitanos foi a pouca disposição espanhola de lutar pelas reduções. Acossados pelos portugueses, os hispânicos propuseram aos guaranis do povo de São Francisco de Borja abandoná-los e transmigrar para o lado ocidental. Ao que tudo indica, essa postura desagradou aos missioneiros, configurando-se em mais uma traição dos espanhóis que, em vez de auxiliá-los contra a investida luso-brasileira, decidiram fugir. Percebida nos termos do patriarcado, o monarca espanhol (pai) estava mais uma vez frustrando uma de suas obrigações mais cruciais: a proteção que o pai devia aos filhos.

Nesse contexto, uma vez que a coroa não cumpria suas obrigações paternas, os missionários devem ter se considerado livres dos seus compromissos de filhos.

Não se pode perder de vista, porém, que todos esses incidentes se somavam a um processo de declínio profundo e significativamente mais abrangente que vinha se desenrolando desde a expulsão dos jesuítas do complexo reducional (1768). Diante de uma crise socioeconômica cada vez mais grave, é provável que uma considerável parcela dos missionários deva ter concluído que a precarização de suas condições de vida se devia às falhas da coroa espanhola em cumprir com seus deveres patriarcais. Desse modo, a mudança de vassalagem dos guaranis dos Sete Povos surge como uma resposta a uma relação paternalista em que o rei espanhol se mostrava incapaz de atender aos compromissos assumidos. Em meio a essa conjuntura de insatisfação indígena, homens que manejavam conteúdos e procedimentos da cultura de contato, como Borges do Canto, Gabriel Ribeiro de Almeida e Manoel dos Santos Pedroso, atraíram os guaranis para a esfera de influência portuguesa, indicando que o patriarcado com a coroa portuguesa preservaria as estruturas econômica e sociopolítica missionárias, do mesmo modo que respeitaria os códigos costumeiros de interação da cultura de contato.

Referências

- ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- ALMEIDA, Gabriel Ribeiro de. Memória sobre a tomada dos Sete Povos das Missões da América espanhola. In: SILVEIRA, José Hemetério Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979. p. 67-80.
- AVILA, A. L. de. Rememorando os filhos de Onontio: Richard White, The Middle Ground e a escrita da história da América do Norte colonial. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 264-286, jun. 2011.
- _____. *Território contestado: a reescrita da história do oeste norte-americano: c.1985-c.1995*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- BANDEIRA MONIZ, L. A. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- BARR, Daniel P. (org.). *The boundaries between us: natives and newcomers along the frontiers of the Old Northwest Territory, 1750-1850*. Kent: Kent State University Press, 2006.
- BOCCARA, Guillaume. *Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, [s.l.], 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2QiLQoP>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- CAMARGO, Fernando da S. *O malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América meridional*. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.
- CANTO, José Borges. Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos Sete Povos das Missões orientais do rio Uruguai. *Revista do IHGB*, [s.l.], v. 130, t. 77, parte II, p. 53-62, 1914.
- CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.

- CLAVERO, Bartolomé. *Antidora: antropologia católica de la economía moderna*. Milano: Giuffré, 1990.
- DESBARATS, C. Following “The Middle Ground”. *The William and Mary Quarterly*, v. 63, n. 1, p. 81-96, jan. 2006.
- DOCCA, Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Edições da Organização Simões, 1954.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1990.
- DUVAL, Kathleen. *The native ground: indians and colonists in the heart of the continent*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.
- FONTELLA, Leandro Goya. *As missões guaraníticas num contexto de cultura de contato: uma interpretação sobre as interações entre sociedades indígenas e euro-americanas (c.1730-c.1830)*. São Leopoldo; Porto Alegre: Oikos; ANPUHS, 2020.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Las misiones jesuíticas: utopía y realidad*. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Economía, sociedad y regiones*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1987. p. 120-191.
- GARCÍA, Claudia. *Ambivalencia de las representaciones coloniales: líderes indios y zambos de la Costa de Mosquitos a fines del siglo XVIII*. *Revista de Indias*, [s.l.], v. 67, n. 241, p. 673-694, 2007.
- GARCIA, Elisa F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. 319 f. 2007. Tese (Doutorado em história), – PPGH/UFF, Niterói (RJ), 2007.
- GOLIN, Tau. *A fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GOODY, Jack (org.). *The character of kinship*. Londres; Nova York; Melbourne: Cambridge University Press, 2004.
- _____. *The development of the family and marriage in Europe*. Londres; Nova York: Cambridge University Press, 1983.
- HÄMÄLÄINEN, Pekka. *The Comanche Empire*. New Haven (CT): Yale University Press, 2008.
- HAVARD, Gilles. *Empire et métissages: indiens et français dans le pays d'en haut, 1660-1715*. Sillery (Quebec); Paris: Septentrion et Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2003.
- HESPANHA, António Manuel. *A monarquia: a legislação e os agentes*. In: MONTEIRO, Nuno (org.). *História da vida privada em Portugal: Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011. v. II, p. 12-31.
- _____. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- LIPMAN, Jonathan N. *Familiar strangers: a history of Muslims in Northwest China*. Washington (DC): University Washington Press, 2011.
- MELO, Karina M. R da S. *Histórias indígenas em contextos de formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio: charruas, guaranis e minuanos em fronteiras platinas (1801-1818)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, Campinas (SP), 2017.
- MENZ, Maximilian Mac. *Tesouro das missões: a integração do espaço oriental missionário na economia sul-rio-grandense*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, São Leopoldo (RS), 2001.
- MERRELL, James H. *Into the American Woods: negotiators on the Pennsylvania frontier*. Nova York: W. W. Norton, 1999.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índio e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NEUMANN, Eduardo S. *Práticas letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. 381 f. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- PEDROSO, Manoel dos Santos. *Relação dos serviços que pratiquei na conquista dos Sete Povos Guaranis da Missões orientais do Uruguai, desde o princípio até o fim da guerra próxima passada*. *Revista do IHGB*, [s.l.], v. 130, t. 77, parte II, p. 63-67, 1914.
- PORTO, Aurélio. *História das Missões orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- RANZAN, Alfredo C. *O papel, a pena e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas reduções guaranis do Paraguai (1767-1810)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- REYNOLDS, Henry. *The other side of the frontier: aboriginal resistance to the European invasion of Australia*. Sydney: University of New South Wales Press, 2006.
- RIBEIRO, Max Roberto P. *“A terra natural desta nação guarani”: identidade, memória e reprodução social indígena no vale do Jacuí (1750-1801)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unisinos, São Leopoldo (RS), 2017.
- _____. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missionários após a conquista lusitana*. 149 f. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa

- de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart. New peoples and new kinds of people: adaptation, readjustment, and ethnogenesis in South-American indigenous societies (Colonial Era). In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart. *The Cambridge history of the native peoples of the Americas*. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press, 1999. v. III, parte 2.
- SCOTT, James C. *The art of not being governed: an anarchist history of upland Southeast Asia*. New Haven (CT): Yale University Press, 2009.
- SILVA, Thomaz da Costa Corrêa Rabello e. Memória sobre a província de Missões. *Revista do IHGB*, [s.l.], tomo II, n. 6, p. 157-171, 1840.
- SILVEIRA, José Hemetério Velloso da. *As Missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.
- TAYLOR, A. *The divided ground: indians, settlers, and the Northern borderlands of the American Revolution*. Nova York: Vintage Books, 2006.
- VARNHAGEN, Francisco A. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
- VELLINHO, Moisés. *Capitania d’El-Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1970.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*, [s.l.], v. 35, p. 21-74, 1992.
- WEBER, David J. *Bárbaros: los españoles y sus salvajes en la era de la Ilustración*. Barcelona: Editorial Crítica, 2007.
- WHITE, Richard. Creative misunderstandings and new understanding. *The William and Mary Quarterly*, [s.l.], v. 63, n. 1, p. 9-14, 2006.
- WHITE, Richard. O middle ground. *Esboços*, [s.l.], v. 27, n. 46, p. 554-602, 2020.
- _____. *The middle ground indians, empires, and republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Nova York: Cambridge University Press, 2011.
- WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.
- XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 4 O Antigo Regime (1620-1807).

Recebido em 21/8/2020

Aprovado em 8/3/2021